

A CONCILIAÇÃO ENTRE MATERNIDADE-ESTUDO-TRABALHO: REFLEXÃO SOBRE OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MÃES DISCENTES NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

**Ingrid Rafaelle da Rocha Lucena
Ana Maria de Barros**

RESUMO: Este artigo científico tem como objetivo central a investigação dos desafios enfrentados por mães que desempenham os papéis de estudantes universitárias e trabalhadoras, inseridas no contexto acadêmico, bem como as implicações desse equilíbrio delicado entre maternidade, estudos e emprego. Reconhecendo a importância crucial dessa temática, a pesquisa visa destacar a necessidade premente de um apoio social adequado direcionado a esse grupo específico de mulheres, contribuindo, assim, para a formulação de políticas e práticas mais eficazes de suporte às mães discentes no ambiente universitário. A fim de alcançar este objetivo, o estudo desdobra-se em três objetivos específicos: Analisar e examinar as percepções sociais relativas ao papel da maternidade no contexto da formação acadêmica, revelando eventuais estigmas e concepções que afetam as mães que são estudantes; Avaliar a relevância do suporte social disponível no meio acadêmico para as mães que desempenham múltiplas responsabilidades, com o propósito de promover a igualdade de oportunidades e favorecer a inclusão dessas mulheres na vida universitária; Formular recomendações e estratégias concretas que visam fortalecer a rede de assistência social às mães que se encontram na condição de estudantes e trabalhadoras, com o intuito de estimular a equidade de gênero e o bem-estar dessas mães no contexto acadêmico. Como metodologia, a opção foi a pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica. Como referencial teórico, percorremos por autoras e autores como: OLIVEIRA 2001, GASPARY 2019, SILVA 2018, VIEIRA 2018, IMPERATORI 2017, ALMEIDA 2007. Como resultados, a pesquisa lança luzes sobre uma temática frequentemente negligenciada e complexa, evidenciando os desafios enfrentados por mães que buscam educação superior enquanto cuidam de suas famílias e desempenham atividades laborais, oferecendo, assim, contribuições pistas significativas para a construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo e igualitário.

Palavras-chave: **Mães discentes; Equidade de Gênero; Políticas Acadêmicas**

1. INTRODUÇÃO

A maternidade é uma experiência transformadora na vida de uma mulher, trazendo consigo uma série de responsabilidades e demandas que se entrelaçam com diversos aspectos de sua existência. Quando essa vivência se cruza com a busca pelo desenvolvimento acadêmico e profissional, surgem desafios adicionais que precisam ser enfrentados pelas mães discentes. Conciliar a maternidade, com a universidade e com o trabalho torna-se uma tarefa complexa e desafiadora, exigindo equilíbrio, resiliência e apoio adequado.

No contexto contemporâneo, as mulheres têm conquistado cada vez mais espaço no ambiente acadêmico e no mercado de trabalho, rompendo barreiras e estereótipos de gênero. No entanto, a jornada das mães discentes é marcada por uma série de obstáculos únicos, que exigem delas habilidades de gerenciamento do tempo, organização e conciliação de múltiplos papéis. A sociedade ainda carrega expectativas tradicionais sobre o papel das mulheres como mães e cuidadoras, o que muitas vezes gera pressões e conflitos quando essas mulheres também buscam uma formação acadêmica e uma carreira profissional.

O desafio de conciliar a Maternidade, a Universidade e o Trabalho se manifesta de diferentes formas ao longo do percurso acadêmico. Desde a gestação, quando as mães precisam lidar com mudanças físicas e emocionais, até o período pós-licença maternidade, quando elas enfrentam a difícil tarefa de retomar os estudos e se engajar em atividades acadêmicas intensas. A falta de políticas inclusivas e de suporte adequado por parte das instituições de ensino superior contribui para a ampliação dessas dificuldades, colocando em risco a permanência e o sucesso dessas mulheres no ambiente acadêmico.

Este trabalho é fruto principalmente das minhas experiências pessoais no curso de graduação em Pedagogia no Campus do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco, como mulher que é mãe, trabalha e estuda, nesse espaço, pude compreender que a emancipação da mulher mãe/trabalhadora na universidade passa pelo desafio de permanência e conclusão no curso. Nesse contexto, surge a seguinte problemática: quais são os desafios enfrentados pelas mães discentes e trabalhadoras no ambiente acadêmico e como esses desafios afetam a conciliação entre maternidade, estudos e trabalho?

Uma questão que a princípio pode parecer apenas pessoal, assume uma dinâmica coletiva, pelo número cada vez maior de mulheres nas universidades, sem que as políticas de apoio estejam ao alcance. Nessa pesquisa ao abordar esses desafios comuns às mulheres mães/trabalhadoras estaremos compreendendo como as políticas assistenciais promovidas pelas universidades podem auxiliar essas mulheres a conciliar a maternidade com seu trajeto acadêmico. Busco também destacar os tratamentos inadequados às mulheres que exercem a maternidade. Sob uma perspectiva social, destaca-se a complexidade e a relevância desse tema, que expõe injustiças relacionadas ao tratamento de

sujeitos específicos. Para desenvolver o debate aqui proposto, elencamos alguns objetivos:

- **OBJETIVO GERAL**

- Analisar os desafios enfrentados pelas mães discentes e trabalhadoras no contexto acadêmico e suas implicações na conciliação entre maternidade, estudos e trabalho.

- **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- 1) Analisar o entendimento social do ser mãe no contexto de formação acadêmica
- 2) Investigar a importância do suporte social no meio acadêmico para mães discentes e trabalhadoras, visando promover a igualdade de oportunidades e a inclusão.
- 3) Propor recomendações e estratégias para fortalecer a assistência social às mães discentes e trabalhadoras, visando promover a equidade de gênero e o bem-estar no ambiente acadêmico.

2. PERCURSO METODOLOGICO

Para fins desta investigação, optamos por utilizar como base da nossa construção metodológica a pesquisa qualitativa uma vez em que buscamos discutir e compreender aspectos da realidade que não podem ser quantificados (MINAYO, 1994, p.21). Nesse aspecto, a abordagem qualitativa ajudou a nos aprofundarmos nos significados das ações e relações humanas (idem) tendo em vista as inúmeras variáveis e particularidades que podem ser analisadas de forma mais concreta quando não estamos voltados unicamente para operacionalização do caso.

Sobre a pesquisa qualitativa Minayo (1994, p.21) escreve:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos

fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994, p.21).

Assim, a pesquisa é do tipo *exploratória* pois se trata das políticas de assistência social a gestantes e/ou mães discentes objetivando desvelar e compreender os seus vários aspectos e impactos efetivos na vida das estudantes. É também *explicativa*, pois tem como um dos objetivos identificar e discutir a responsabilidade social das Universidades na assistência dessas discentes.

Fontes de informação

Se tratando de uma pesquisa do tipo bibliográfica, utilizamos como fontes para o nosso trabalho livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado disponíveis em acervos digitais construindo um levantamento bibliográfico preliminar onde selecionamos subáreas de estudo possibilitando assim uma visão mais clara do tema do nosso trabalho e conseqüentemente o aprimoramento do problema de pesquisa que compuseram o estado da arte deste trabalho, como: GASPARY 2019, SILVA 2018, IMPERATORI 2017, DIAS 2020.

Técnicas de coleta

Para a coleta de dados seguimos os objetivos propostos por Gil (2002) na leitura do material bibliográfico, sendo eles:

- a) Identificar as informações e os dados constantes do material impresso;
- b) Estabelecer relações entre as informações e os dados obtidos com o problema proposto;
- c) Analisar a consistência das informações e dados apresentados pelos autores;

Nesse sentido o referencial teórico e o metodológico se cruzam para que compreendamos a relevância desse debate para a afirmação dos direitos humanos e da cidadania das mulheres/ mães dentro das universidades.

3. APORTE TEÓRICO

3.1 MATERNIDADE, TRABALHO E UNIVERSIDADE

As mulheres enfrentam desafios significativos ao buscar equilibrar suas responsabilidades familiares e profissionais, especialmente quando estão inseridas em ambientes acadêmicos. A falta de tempo e de rede de apoio, a sobrecarga de uma jornada tripla, a conciliação entre a maternidade e o ser mulher, tudo isso é marcado por uma complexidade única, e nesse contexto desafiador, é importante compreender como diversos fatores podem impactar essa relação.

Algumas pesquisas têm demonstrado que a valorização do trabalho por parte das mães e a existência de recursos financeiros e apoio emocional adequados podem contribuir para uma conciliação mais eficaz entre a maternidade e o trabalho, Oliveira (2011) destaca que a satisfação das mães com o ambiente de trabalho, especialmente em relação à flexibilidade e realização pessoal, está associada a melhores interações com seus filhos. No entanto, é importante destacar que a relação entre maternidade e trabalho é influenciada também por vários outros fatores complexos e inter-relacionados, como falta de apoio institucional, cultura, normas sociais, e equidade de gênero. Dito isso, vamos começar compreendendo que no contexto atual as mulheres estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho, mas ainda seguem enfrentando condições adversas, que prejudicam seu bem-estar tanto físico quanto psicológico. Como afirmam Maluf e Kahhale (2010, p.178):

Com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, as condições que elas enfrentam são as mais adversas, o que acarreta maior prejuízo para seu bem-estar subjetivo. Com certeza, para dar conta de seus novos papéis, essas mulheres têm seu nível de stress aumentado, tanto físico quanto psicológico.

Com isso, se torna ainda mais problemático para as mulheres encontrar um equilíbrio entre suas responsabilidades profissionais e familiares, o que acarreta um sentimento de incapacidade que pode ser desencorajador.

A maternidade não deve ser vista como um obstáculo para o desenvolvimento profissional e acadêmico, exigindo da mulher um grande esforço e fazendo com que elas sintam que ao priorizar seu lado profissional, estão de certa forma, em falta com seus filhos, ou até mesmo sendo negligentes, a sociedade muitas vezes impõe expectativas irreais e contraditórias às mulheres, criando um

cenário no qual se espera que elas desempenhem um papel de destaque tanto na carreira quanto na criação dos filhos. Como aponta Franco (2001), “Muitas mulheres, ao priorizar o trabalho remunerado, sentem que negligenciam a função materna”. E ainda complementa com “sentem essa pressão, pois têm sido socialmente designadas para o papel de cuidadoras e responsáveis pelo lar, isso acontece em grande parte devido às expectativas sociais e aos estereótipos de gênero”. Franco (2001). Essas desigualdades refletem-se em diversas áreas, desde a contratação e remuneração até às oportunidades de crescimento e progressão na carreira. As mulheres foram socialmente atribuídas para um papel que gira em torno do cuidado com o lar, enquanto os homens são considerados os principais provedores financeiros. Essas expectativas moldaram as percepções e as normas sociais em relação ao trabalho feminino. Como destaca Almeida (2007) “Na camada média, as mães continuaram a se ver como a responsável pela educação e cuidados infantis, mesmo quando podiam contar ou dividir essas tarefas com uma rede social de apoio, como o marido, avó, etc.”.

Isso reflete a influência das expectativas sociais arraigadas que perpetuam o estereótipo da mãe como a principal responsável pelos cuidados da família, e só contribui para a crença de que as mulheres não são capazes de se dedicar plenamente às suas carreiras enquanto são mães.

Muitas vezes são associadas habilidades e características específicas a cada gênero, atribuindo às mulheres características como sensibilidade, empatia e habilidades de cuidado, enquanto os homens são associados a características como assertividade, liderança e habilidades técnicas. Esses estereótipos limitam as oportunidades das mulheres, podem levar à discriminação de gênero no local de trabalho e por fim, podem até mesmo fazer com que elas desistam de prosseguir com sua carreira profissional, como podemos ver a partir de Oliveira, (2001, p. 274):

Em geral, o ideal materno é de dedicação e cuidados integrais, assim como a designação de que o homem deve ser responsável pelo sustento do lar, pode levar a mulher a decidir sobre a interrupção de sua vida profissional em prol dos cuidados dos filhos.

Essa realidade não se restringe apenas ao âmbito profissional, esses mesmos estereótipos causam também dificuldades no decorrer da formação da mãe discente, como atrasos, e por muitas vezes desistências. A tripla jornada que essas mulheres enfrentam já é por si só desmotivadora, pois se em comparação

com outros estudantes as mães discentes precisam fazer um esforço significativamente maior para participar ativamente das aulas e se dedicar ao curso, e ainda assim se perpetua muitos conceitos limitantes que refletem uma desigualdade de gênero profundamente enraizada, que nega às mulheres a oportunidade de desenvolver plenamente suas capacidades acadêmicas e profissionais, além de manter a desvalorização do trabalho intelectual feminino. Outro ponto significativo é que por muitas vezes essas crenças estão presentes no próprio núcleo familiar dessa mãe, sendo lamentável constatar que, mesmo em tempos modernos, muitas famílias ainda se mantêm presas a essa visão estereotipada de que a mulher, ao se tornar mãe, não pode mais estudar e deve se dedicar exclusivamente às tarefas domésticas.

Verificamos que apesar dos avanços no papel da mulher na sociedade, ainda assim, percebe-se que a maioria deles enfrentam dificuldades ao tentar conciliar a vida acadêmica com a maternidade, muitas até pensam em desistir do curso. Sendo assim, compreendemos também que as famílias dessas mães/universitárias ainda estão presas em um conceito patriarcal e preconceituoso que a mulher ao ter filhos não pode estudar, apenas tem que ficar em casa cuidando das tarefas domésticas (DA SILVA, 2020, p.11)

A ideia de que a mulher deve se restringir às tarefas domésticas e abrir mão dos estudos ainda permeia a mentalidade de muitas famílias. Essa mentalidade patriarcal e preconceituosa não apenas impõe barreiras às mães/universitárias, mas também afeta sua autoestima e autoconfiança. Ao se depararem com a pressão social e familiar para abandonar seus estudos em prol das responsabilidades domésticas, essas mulheres são confrontadas com um dilema angustiante. Elas se veem obrigadas a tomar decisões difíceis e muitas vezes se sentem desencorajadas, subestimando suas próprias capacidades de conciliar maternidade e vida acadêmica, por isso é importante ter uma rede de apoio nesse momento para perpassar essas crenças limitantes, com colaboração e empoderamento mútuo.

Outro momento crucial na vida dessas mulheres é que se mostra sem suporte adequado acontece durante o período de licença maternidade, durante esse período a falta de suporte é evidente, seja como acompanhamento especial, ou quando a discente retorna às aulas presenciais, não existe amparo nem flexibilidade e a pressão para cumprir os requisitos acadêmicos e atingir resultados

nas disciplinas permanece inalterada, sem levar em consideração os desafios adicionais que elas enfrentam. Nesse contexto, segundo Gaspary (2019) para mães estudantes, depois de cumpridos os meses de licença maternidade, não foi relatada nenhuma forma de amparo institucional. As exigências em relação aos resultados a serem atingidos nas disciplinas não mudam, muitas vezes não há nem mesmo flexibilidade em relação à entrega de trabalhos ou ao agendamento de nova data para recuperar provas perdidas em decorrência de imprevistos com os filhos.

Portanto, não é levado em consideração que as obrigações de cuidar dos filhos podem limitar as oportunidades de pesquisa, participação em conferências e envolvimento em atividades extracurriculares, e isso impacta negativamente nas chances de obter bolsas, publicações ou cargos acadêmicos. Além dos desafios mencionados, é preciso reconhecer que as mulheres que são mães muitas vezes enfrentam estigmas e julgamentos infundados, sendo erroneamente vistas como menos dedicadas aos estudos ou menos comprometidas com suas carreiras acadêmicas. Da Silva (2020, p.11) complementa:

Fica evidente que boa parte dos colegas da sala de aula e até mesmo alguns professores da instituição não conseguem compreender as ausências e demoras na realização de algumas atividades acadêmicas, devido alguns problemas que essas mães passam com seus filhos.

Essas percepções negativas e estereótipos podem levar à discriminação e ao preconceito, impactando negativamente na autoconfiança e motivação dessas discentes. Essa realidade reflete a existência de desigualdades de gênero presentes na sociedade, as quais são resultado de um fenômeno estrutural complexo e culturalmente instituído.

Conforme destacado por Cabral e Diaz (1998), “a desigualdade de gênero é um fenômeno que permeia diversas esferas sociais, como a escola, a família, o sistema de saúde e até mesmo a igreja”. Essa desigualdade é muitas vezes sutil e imperceptível no cotidiano, sendo disseminada de forma consciente ou inconsciente por essas instituições. Essa citação reforça a necessidade de reconhecer e combater essas estruturas de desigualdade de gênero presentes na sociedade, para que seja possível sensibilizar a comunidade acadêmica em relação às questões de maternidade, garantindo que as mães estudantes tenham oportunidades iguais de crescimento acadêmico e desenvolvimento pessoal.

Em suma, a relação entre a maternidade, o trabalho e o contexto acadêmico é um tema de extrema relevância. Para garantir que as mães estudantes possam conciliar suas responsabilidades familiares e acadêmicas de forma satisfatória, é necessário adotar políticas e práticas que promovam a inclusão, a igualdade de oportunidades e a criação de uma cultura organizacional sensível às suas necessidades. Somente por meio dessas ações concretas será possível garantir que todas as mulheres tenham a oportunidade de desenvolver todo o seu potencial acadêmico e profissional, ao mesmo tempo em que desfrutam plenamente da experiência da maternidade.

3.2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS POLÍTICAS SOCIAIS VOLTADAS PARA A MATERNIDADE NO BRASIL

Ao longo do século XX, a historiografia brasileira evidencia a ampliação dos direitos sociais e políticos das mulheres, impulsionada por movimentos sociais e reforçada após a redemocratização nos anos 1980. Esses movimentos foram responsáveis por produzir uma subjetividade política que busca garantir os direitos de mulheres e crianças, assim como de outros grupos sociais vulneráveis. Essa conquista reflete o reconhecimento da importância de políticas que protejam e promovam o bem-estar de mulheres e crianças na sociedade brasileira contemporânea.

Conforme destacado por Lemes (2022), “essa evolução histórica demonstra a crescente conscientização sobre a importância da maternidade como um aspecto crucial da vida das mulheres e da sociedade como um todo”. Essa consciência resultou na implementação de políticas públicas que visam garantir condições adequadas de saúde e bem-estar para mães e seus filhos, além de promover a equidade de gênero e a proteção dos direitos fundamentais desses grupos. Dito isso, uma das primeiras iniciativas nesse sentido foi a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942, durante o governo de Getúlio Vargas. A LBA tinha como objetivo principal a assistência às mães e crianças, visando reduzir a mortalidade infantil e melhorar as condições de vida das famílias mais vulneráveis. De acordo com Martins, (2011):

A organização da LBA e a sua especialização na assistência social indicam como o Estado Novo propiciou as condições para o exercício do que poderíamos chamar de uma 'cidadania feminina' baseada na utilidade social das mulheres por meio da extensão moral da maternidade para a sociedade. Essa cidadania, de perfil bastante conservador, também se fez presente em outros contextos políticos, como o Estado Novo salazarista, a Itália fascista e a Espanha franquista. Esses regimes tiveram apoio considerável das mulheres organizadas em associações muito semelhantes à LBA, que se sustentaram na ideia da participação política das mulheres a partir daquilo que as habilitavam para a intervenção social: a capacidade de cuidar com a qual a natureza as dotou. (MARTINS, 2011, p.16)

Portanto, a criação da LBA foi uma resposta às transformações sociais e econômicas que ocorriam no país na época. O período entre as décadas de 1930 e 1940 foi marcado pelo processo de industrialização e urbanização acelerada, o que resultou em desafios sociais, especialmente para as populações mais pobres, foi nesse cenário que a Legião Brasileira de Assistência (LBA) surgiu direcionando seus esforços para questões relacionadas à saúde materno-infantil, seu principal objetivo era reduzir a mortalidade infantil e melhorar as condições de vida das famílias mais vulneráveis, para isso, a LBA desenvolveu uma série de programas e ações que abrangiam desde o acompanhamento pré-natal até a assistência às crianças em idade escolar.

Nos anos seguintes, à medida que a industrialização avançava e a urbanização se acelerava, as questões relacionadas à maternidade e à infância passaram a receber maior atenção por parte do Estado. Foi em 1946 que ocorreu um marco significativo nessa área, com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que estabeleceu direitos trabalhistas, incluindo a garantia de licença-maternidade remunerada de 84 dias. Antes disso, não existia uma legislação específica que assegurasse às trabalhadoras o direito a uma licença remunerada após o parto. A inclusão desse direito na CLT representou um avanço importante na proteção dos direitos trabalhistas das mulheres no contexto da maternidade.

Conforme ficava cada vez mais evidente e irreversível a conexão entre a maternidade, a infância e o trabalho feminino, ideias mais convencionais e conservadoras foram gradualmente cedendo lugar a perspectivas reformistas. Isso resultou na criação das primeiras leis de proteção ao trabalho feminino e à maternidade. Essas leis tinham como objetivo garantir condições mais adequadas e justas para as mulheres no mercado de trabalho, reconhecendo suas

necessidades específicas relacionadas à maternidade (MARTINS, 2011, p.26)

A inclusão da licença-maternidade remunerada na CLT e a posterior implementação de leis protetoras do trabalho feminino e da maternidade refletem a evolução das políticas públicas no Brasil em relação a essas questões. Essas medidas foram fundamentais para promover a equidade de gênero, a valorização da maternidade e a garantia de direitos fundamentais às trabalhadoras brasileiras, reconhecendo a importância do papel das mulheres no mercado de trabalho e na sociedade como um todo.

No entanto, foi somente em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, que os direitos maternos foram ampliados e fortalecidos. A Constituição Federal de 1988, no artigo 7º, inciso XVIII, assegura às trabalhadoras gestantes o direito à licença-maternidade remunerada, com duração de 120 dias, garantindo a estabilidade no emprego durante esse período. Essa ampliação do período de licença-maternidade, de 84 para 120 dias, foi um marco importante na legislação brasileira, pois ela reconhece a importância do período pós-parto para a recuperação física e emocional da mãe, assim como para a promoção do vínculo afetivo entre a mãe e o bebê. Além disso, a Carta Magna também garantiu o direito à creche e pré-escola como dever do Estado, essa disposição constitucional reflete o reconhecimento da importância da educação na primeira infância para o desenvolvimento pleno da criança.

A regulamentação e institucionalização dos avanços da Constituição Federal de 1988 exigiram a aprovação de leis que consolidassem e fortalecessem as políticas de assistência social no Brasil. Nesse sentido, em 1993, foi aprovada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/93), que conferiu um novo significado à política de assistência social, reconhecendo-a como uma política de seguridade, descentralizada e participativa.

Destarte, a LOAS constituiu-se em um marco histórico ao regulamentar a Assistência Social como dever do Estado e direito das cidadãs e dos cidadãos à seguridade, e, portanto, representa um avanço na garantia de instrumentos legais para o processo de ruptura com o assistencialismo e a benemerência. No entanto, apesar das transformações e avanços ocorridos, há ainda algumas lacunas a serem superadas, dentre elas destacam-se a permanência do marco de gênero, expresso na sua “feminilização”, e a naturalização do papel da mulher na maternidade e a

reprodução do bem-estar da família (DE OLIVEIRA NASCIMENTO, 2016, p.378)

Ao longo dos anos seguintes, várias políticas foram implementadas visando promover a saúde materno-infantil e garantir melhores condições de vida para as mães e seus filhos. Exemplo disso é o Programa Bolsa Família, que inclui benefícios direcionados às mães e crianças em situação de vulnerabilidade. Essas ações visam garantir assistência adequada e apoio financeiro às famílias em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Foi criado também o Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento (PHPN) que tem o objetivo de melhorar a qualidade do cuidado pré-natal e do parto no Brasil, esse programa busca assegurar um atendimento adequado e humanizado às gestantes, oferecendo acompanhamento médico regular, exames e orientações sobre cuidados pré-natais, além de promover o parto seguro e respeitoso. O PHPN valoriza a participação ativa da mulher no processo de gestação e parto, buscando reduzir os riscos e complicações para a mãe e o bebê.

De acordo com Silva, Silveira e Moraes (2017) “a instituição do PHPN definiu estratégias de melhoria na atenção obstétrica, por meio da adoção de medidas que assegurem o acesso, a cobertura e a qualidade do acompanhamento pré-natal”. Além disso, ainda reforçava a necessidade de estabelecimento de vínculos entre a assistência pré-natal e o parto, mudanças na estrutura física dos hospitais e na capacitação dos profissionais, entre outras demandas. Essas ações têm sido fundamentais para garantir uma assistência adequada e humanizada às gestantes, contribuindo para a promoção da saúde materno-infantil no país.

A história dos direitos e programas de assistência reflete a busca por equidade e inclusão das mulheres nesses diferentes campos da vida. Ao longo das décadas, progressos significativos foram alcançados para assegurar que as mulheres não sejam penalizadas por sua escolha de serem mães e, ao mesmo tempo, tenham oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

Apesar dos avanços conquistados, é fundamental reconhecer que ainda existem desafios a serem enfrentados no Brasil. A desigualdade social e de gênero no acesso a serviços de saúde, creches e educação persiste no país, representando obstáculos significativos para muitas mulheres e famílias. Essas questões exigem atenção contínua e aprimoramento das políticas públicas.

Com isso, é necessário romper com os ditames contraditórios que permeiam o enfoque na família na Política de Assistência Social, pois embora essa política ofereça proteção à família, muitas vezes reforça as responsabilidades tradicionais e os papéis atribuídos às mulheres no cuidado da casa, dos filhos e do marido, isso acaba aumentando a carga e a responsabilidade das mulheres, é importante repensar essa abordagem, buscando uma maior equidade e redistribuição das tarefas e responsabilidades familiares.

Conforme destacado por De Oliveira Nascimento (2016), “as mulheres são frequentemente o foco prioritário na administração de benefícios e no cumprimento de condicionalidades estabelecidas por programas sociais”. Essa sobrecarga de responsabilidade recai quase inteiramente sobre elas, o que pode comprometer sua autonomia e perpetuar desigualdades de gênero. Assim, é essencial que as políticas públicas avancem na promoção de uma distribuição mais igualitária das responsabilidades familiares, incentivando a participação ativa dos homens nas tarefas domésticas e no cuidado dos filhos.

Portanto, a construção histórica das políticas sociais voltadas para a maternidade no Brasil tem sido um processo gradual, impulsionado por demandas sociais e legislação progressiva. Embora tenham ocorrido avanços significativos ao longo do tempo, ainda há espaço para aprimorar e fortalecer as políticas públicas para garantir o bem-estar das mães e seus filhos, bem como promover a equidade de gênero e reduzir as desigualdades sociais.

3.3 A UNIVERSIDADE E A PROMOÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A universidade desempenha um papel fundamental na promoção da assistência social e no desenvolvimento de ações voltadas para o bem-estar da comunidade, além de seu objetivo principal de oferecer educação de qualidade, a universidade também tem a responsabilidade de contribuir para a transformação social e o enfrentamento das desigualdades. A assistência que é oferecida é um componente essencial para garantir a igualdade de oportunidades e o acesso à educação de qualidade.

No Brasil, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) desempenha um papel fundamental nesse contexto, proporcionando apoio

financeiro e social aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Como destaca Imperatori (2017), “o PNAES tem como objetivo principal promover a permanência e o êxito dos estudantes de baixa renda nas instituições de ensino superior”. Dentro do PNAES, a assistência estudantil abrange uma variedade de eixos de atuação, como programas de bolsas de estudo, auxílio-moradia, alimentação, transporte, apoio pedagógico e atendimento psicossocial. É interessante observar que o PNAES propõe a articulação de diferentes áreas e políticas sociais, buscando garantir um padrão de proteção social amplo. Como ressalta Imperatori (2017, p.295):

A proposta do PNAES é articular diferentes áreas e, conseqüentemente, diferentes políticas sociais, visando garantir um padrão de proteção social amplo. É interessante observar que são definidas as ações e não as formas de se executar as ações, o que resulta na diversidade de projetos e serviços implementados”

A importância da assistência estudantil no contexto brasileiro é evidente diante das altas taxas de desigualdade social que afetam a permanência dos estudantes nas universidades (ARAÚJO, 2003). O PNAES reconhece essa necessidade em seu texto que estabelece os objetivos do programa, e entre eles, destacam-se a democratização das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, a minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, a redução das taxas de retenção e evasão, e a contribuição para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010). Essas ações são fundamentais para garantir que os estudantes e principalmente as mães discentes tenham condições adequadas para se dedicarem aos estudos, assim como igualdade de oportunidades de acesso e permanência na universidade.

Contudo, é importante destacar que a maternidade é uma área que requer atenção especial e políticas específicas por parte das universidades. A chegada de um filho é um momento crucial na vida de uma mulher, e as instituições de ensino superior têm a responsabilidade de apoiar e promover condições favoráveis para que as estudantes e funcionárias que são mães possam conciliar suas responsabilidades acadêmicas e familiares de maneira adequada.

Nesse sentido, uma das áreas em que as ações de assistência estudantil do PNAES devem ser desenvolvidas é a creche. A disponibilidade de creche nas

universidades é fundamental para permitir que as estudantes e funcionárias que são mães possam continuar seus estudos ou trabalho, enquanto seus filhos estão bem cuidados e próximos delas.

De acordo com o Projeto de Lei n.º 7.187, de 2017, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), deverá ser garantida a criação obrigatória de creches para o atendimento de crianças de 0 a 3 anos, em cada um dos novos Campus de Instituições Federais de Educação Superior que vierem a se instalar no país. A creche, como parte integrante das ações de assistência estudantil, desempenha um papel fundamental ao proporcionar um ambiente seguro, acolhedor e propício ao desenvolvimento das crianças, enquanto suas mães estão envolvidas em atividades acadêmicas. De acordo com Gaspary (2019):

A falta de estratégias e de ações voltadas para a permanência de mulheres com filhos pequenos na Universidade incide diretamente na vida pessoal e acadêmica das mesmas, tendo que se haver com as questões institucionais, muitas vezes não tendo com quem deixar os filhos ou não conseguindo dar conta das demandas acadêmicas, que não são pensadas para mulheres que são mães (GASPARY, 2019, p.19)

Portanto, é fundamental que as instituições de ensino superior adotem medidas específicas para apoiar as mães estudantes. Isso inclui a disponibilidade de serviços de creche ou assistência infantil durante os períodos em que as aulas são oferecidas. Essas medidas contribuíram para eliminar obstáculos e oferecer suporte adequado, permitindo que as mães estudantes concentrem-se em seus estudos e aproveitem as oportunidades educacionais, sem se preocupar com o cuidado dos filhos.

As instituições federais disponibilizam o auxílio creche por meio do Programa de Assistência Estudantil (PROAES- UFES). A portaria nº 02/2021 estabelece as normas e critérios para as alunas que desejam solicitar esse benefício. Porém, é importante mencionar que o valor disponibilizado para assistência estudantil, nem sempre é suficiente para cobrir integralmente os custos associados ao cuidado dos filhos. Em algumas situações, o valor fornecido pode ser considerado baixo em relação aos gastos reais. E isso, estamos tratando das universidades federais que disponibilizam assistência estudantil, porém nas instituições de rede privada a

realidade é bem mais complexa, a estudante tem os gastos para se manter estudando e não conta com o amparo do Estado.

As instituições de ensino superior independentemente de serem públicas ou privadas têm o potencial de serem agentes de transformação social em suas próprias estruturas e políticas internas. Podem adotar medidas inclusivas, como programas de bolsas de estudo, cotas para estudantes de baixa renda e políticas de acessibilidade, garantindo o acesso e a permanência de pessoas em situação de vulnerabilidade no ensino superior.

É fundamental que a universidade esteja constantemente atenta às demandas e necessidades da comunidade, buscando sempre aprimorar suas práticas e buscar soluções inovadoras. “É preciso superar os desafios e as limitações, para que a assistência social promovida pela universidade seja efetiva e alcance um maior número de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica” (IMPERATORI, 2017, p.297). Somente assim será possível garantir igualdade de oportunidades e acesso à educação de qualidade para todos.

4. DESAFIOS, COMPLEXIDADES E CAMINHOS

Através das leituras percorridas para a compreensão do problema de pesquisa apresentado, revelam-nos uma imagem vívida das lutas enfrentadas por essas mães discentes ao equilibrar múltiplos papéis em suas vidas. Os desafios se manifestam em diversas dimensões, desde a organização do tempo e a gestão das responsabilidades familiares até a pressão acadêmica e a incerteza financeira. Como pode ser visto com Maluf e Kahhale (2010), Franco (2001) e Oliveira (2001). Nesse processo, torna-se evidente que essa jornada perpassa o ambiente acadêmico, requerendo uma cuidadosa orquestração entre as responsabilidades familiares, compromissos de estudo e exigências profissionais. Essa dinâmica é moldada, em parte, pelas percepções arraigadas das mães quanto à responsabilidade contínua pela educação e cuidado dos filhos, mesmo quando apoiadas por redes de suporte, conforme observado por Almeida (2007). Além disso, as normas sociais que idealizam a dedicação materna e a divisão tradicional de papéis podem influenciar as decisões das mulheres em relação à interrupção de suas carreiras, como discutido por Oliveira (2001). Portanto, esses fatores não

apenas impactam o contexto acadêmico, mas também moldam as escolhas que as mulheres fazem em relação à carreira e à família.

As leituras também evidenciam que a falta de infraestrutura adequada nas universidades para acomodar a maternidade tem impacto direto na realidade dessas mães, a ausência de creches e serviços de assistência infantil dentro das instituições de ensino superior pode impor uma carga adicional de estresse e dificuldades, tornando difícil a conciliação entre aulas, estudos e cuidados parentais. Como foi visto com Gaspary (2019), que a ausência de estratégias e iniciativas destinadas a apoiar a permanência de mulheres com filhos pequenos nas universidades afeta diretamente suas vidas pessoais e acadêmicas.

Nesse contexto, fica claro que as políticas de assistência estudantil desempenham um papel crucial na promoção da igualdade e no acesso equitativo à educação superior. Essas medidas têm o potencial de aliviar as barreiras financeiras que muitos estudantes em situação de vulnerabilidade enfrentam, como destacado por Imperatori (2017). No entanto, é fundamental reconhecer que a assistência estudantil, embora fundamental, não pode ser a única solução para os desafios enfrentados pelas mães discentes.

A colaboração entre instituições de ensino, setores governamentais e sociedade civil é fundamental para criar um ambiente que reconheça e valorize a maternidade e as responsabilidades familiares, permitindo que as mães discentes enfrentem os desafios com mais recursos e oportunidades. Essa parceria pode contribuir para o progresso na superação das lacunas ressaltadas por De Oliveira Nascimento (2016), ao direcionar esforços para uma abordagem mais inclusiva e igualitária na assistência social e na educação. É recorrente entre os pesquisadores (as) que é crucial que as políticas e estratégias adotadas considerem a integralidade das necessidades das mães discentes, visando garantir sua participação plena e bem-sucedida no ambiente acadêmico e profissional.

De acordo com matéria do site Terra (28/032023)¹, na Câmara dos Deputados, atualmente tramita um projeto de lei (PL 794/2023), que propõe a inclusão de um adicional de 50% do valor da bolsa estudantil para alunas provedoras de família monoparental na Lei de Diretrizes e Bases da Educação

¹ Ver a site e link da matéria nas referências ao final deste trabalho.

Nacional (LDB). A matéria ainda não foi aprovada na Câmara de Deputados, está aguardando o parecer do presidente da Casa, Arthur Lira (PP), no entanto, sabemos que o congresso brasileiro é muito conservador, antipático as pautas feministas. Vivenciamos inúmeros retrocessos na pauta dos direitos das mulheres na gestão do Presidente Bolsonaro e a aprovação da matéria seria de fundamental importância para as mulheres que se enquadram no perfil de maternidade dentro das universidades. O Projeto de Lei foi proposto pela Deputada Federal Dandara Tonantzin (PT). Durante uma reunião na Câmara, a parlamentar defendeu que a medida pode assegurar às mulheres a possibilidade de impulsionarem sua carreira acadêmica e profissional. *"As mulheres, em especial as que são mães, são as mais impactadas pela falta de acesso à educação, e precisam ter a oportunidade de estudar sem se preocupar com a sobrevivência financeira"*, afirma a deputada Dandara, que foi vereadora de Uberlândia (MG).

Em matéria publicada pela agência Brasil em 2022, em relação aos escassos dados disponíveis sobre a situação das mulheres que são mães e estudam, realizam o ensino superior, se afirma que de acordo com o IBGE: Apenas uma em cada dez mulheres brasileiras entre 15 e 29 anos com pelo menos um filho continua estudando. Outras 41,8% apenas conseguiram concluir o Ensino Médio, mas não avançaram nos estudos e 48,2% largaram a escola sem terminar a educação básica. Este é um dado extremamente relevante por mostrar claramente o quanto a maternidade é um elemento de exclusão para a afirmação e garantia do direito a educação para as mulheres.

Estes dados são da síntese de indicadores sociais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que ainda apontam que entre as mulheres sem filhos da mesma faixa etária, a proporção das mulheres que continuam a estudar supera 51,2%. Apenas 11,2% abandonaram a escola sem concluir o ensino médio. Os dados então apontam que as mulheres sem filhos conseguem desenvolver uma carreira acadêmica, e a ausência da rede de proteção social que incluam, ajudem a mãe universitária a permanecer na vida acadêmica ou do Ensino Médio não funcionam e a mãe estudante é excluída do direito a educação para o exercício da maternidade.

A pesquisadora do IBGE, Cíntia Simões entrevistada para a matéria da Agência Brasil (2022), ainda relatou que no caso das mulheres que estão na faixa etária de 15 a 17 anos, que engravidam em vivência de escolaridade que se situa principalmente no Ensino Médio, apenas 28,4% permanecem na escola após o parto e o exercício da maternidade. No entanto, entre as mulheres sem filhos, na mesma faixa etária, 88,4% permanecem na escola. Situação extremamente grave, pois, fere os direitos fundamentais dos adolescentes, refletem o descaso das políticas para a juventude com o problema social da gravidez e maternidade na adolescência e a ausência de creches e espaços de cuidados para que as adolescentes permaneçam na escola e concluam sua escolarização.

Na dissertação de Mestrado de Rafaela Barbosa da Silva em que estuda a condição de mães em período de lactação, a autora buscou identificar instituições de ensino superior que haviam reservado espaços de lactação que contribuem no apoio de incentivo em manter a produção do leite materno e a convivência da mãe e do seu bebê. Os dados abaixo foram coletados de sua dissertação e demonstram que é incipiente a garantia do direito a amamentação nas universidades e Instituições de Ensino superior.

Salas de Apoio à Amamentação certificadas pelo Ministério da Saúde, 2018

ESTADO	UNIVERSIDADE	ANO DE INAUGURAÇÃO DA SALA
Pernambuco	ASCES – UNITA (Centro Universitário Tabosa de Almeida)	2013
Alagoas	UNCISAL (Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas)	2014
Rio Grande do Norte	UNP - (Universidade Potiguar Mossoró)	2015
Rio de Janeiro	UVA - (Universidade Veiga de Almeida)	2016
São Paulo	UNIP - santos (Universidade Paulista)	2016
Piauí	(Universidade Federal do Piauí)	2016
Pará	(Universidade Federal do Pará)	2016

Fonte: Da autora, adaptado do trabalho de Rafaela Barbosa da Silva. Dissertação de Mestrado, UFPE, 2020.

No caso específico da UFPE estas mães se enquadram nos variados programas destinados aos grupos mais vulneráveis, no entanto, identificamos na

página da PROAES (Pro – Reitoria de Assistência Estudantil) que há um edital de fluxo contínuo desde 2022 para concessão de auxílio creche para estudantes que possuem filhos na faixa etária de 0 a 03 anos e 11 meses de idade, mais disponível apenas aos estudantes que se enquadram no perfil sócio – econômico para acessar aos demais auxílios de assistência estudantil da UFPE, nossa realidade ainda está muito distante da garantia dos direitos, é necessário um maior envolvimento da comunidade acadêmica, do movimento estudantil para que se discuta a vulnerabilidade dessas mães universitária e sua negação ao direito a educação, já que a maternidade continua sendo a principal razão do abandono, da desistência dos estudos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos aprofundarmos na temática da conciliação entre maternidade, estudo e trabalho no contexto universitário, foi possível perceber uma jornada marcada pela necessidade de equilibrar obrigações familiares, dedicação acadêmica e busca por estabilidade profissional. As dificuldades encontradas nessa trajetória ressaltam a importância das políticas de assistência estudantil, que não apenas fornecem apoio prático e financeiro, mas também promovem uma cultura inclusiva e de valorização das diversas jornadas das mães discentes.

No entanto, a análise transcende o escopo da assistência estudantil, evidenciando a necessidade de uma abordagem holística e sensível por parte das instituições de ensino superior. A criação de espaços de diálogo e compreensão, bem como a implementação de estratégias que reconheçam e acomodem as demandas das mães discentes, são passos essenciais para a construção de um ambiente acadêmico verdadeiramente inclusivo e empoderador. Ao eliminar as barreiras enfrentadas por essas mulheres, as universidades podem desempenhar um papel fundamental na promoção da equidade de gênero e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A entrada na vida universitária vem se tornando um marco cada vez mais importante para os jovens das novas gerações. Porém, é importante ficar atento para o fato de que estar na universidade não significa permanecer nela, conseguir chegar ao final do seu curso quando a universitária é mulher e mãe. A universidade necessita rever as suas políticas de acolhimento de mães que necessitam estudar,

trabalhar e permanecer no Ensino superior, garantindo um suporte para que essas mães não abandonem seus estudos. As políticas voltadas para a permanência dos estudantes, não podem deixar de reconhecer as mulheres como grupo social em desvantagem de permanência ou desempenho, quando na condição de mães.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. Coord. **Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?** / Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro, Júlio Jacobo Waisel sz. Brasília-DF: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2015.

ALMEIDA, Leila Sanches de. **Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham.** Revista do Departamento de Psicologia. UFF, v. 19, p. 411-422, 2007.

ARAÚJO, Josimeire de Omena. **O elo assistência e educação: análise assistência/desempenho no Programa Residência Universitária alagoana.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

BRASIL, **Constituição Federal**, 1988

BRASIL, **Lei nº6.202./75**, 1975

BRASIL **Lei nº1.044/69**, 1969

CABRAL, Francisco; DÍAZ, Margarita. **Relações de gênero.** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE; FUNDAÇÃO ODEBRECHT. Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltda, p. 142-150, 1998.

CALMON, Lizie Souza et al. **MATERNIDADE E UNIVERSIDADE: A EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO FOCADO NO ACESSO, PERMANÊNCIA E PROGRESSÃO DE MULHERES-MÃES.** Expressa Extensão, v. 27, n. 1, p. 108-117, 2022.

DA SILVA, Jeane Santana et al. **A maternidade na trajetória universitária: desafios percorridos pelas discentes da Universidade Federal do Maranhão-UFMA campus VII Codó.** Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 7, p. 42538-42550, 2020.

Dados do IBGE indicam que 90% das mulheres jovens com filhos deixam de estudar. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014->

12/dados-do-ibge-indicam-que-10%25-das-mulheres-jovens-com%20filhos-continuam-estudando>. Acesso em: 25 set. 2023.

DESSEN, Maria Auxiliadora; BRAZ, Marcela Pereira. **Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos**. Psicologia: teoria e pesquisa, v. 16, p. 221-231, 2000.

DE OLIVEIRA NASCIMENTO, Antônia Camila. **Mulheres e papéis de gênero no Programa Bolsa Família. O Social em Questão**, v. 19, n. 35, p. 375-399, 2016. Decreto 7234 de 19 de julho de 2010, na qual instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm Acesso em 19. Junho. 2023.

DIAS, Jéssica Peixoto. **Vivenciando a maternidade no contexto acadêmico: relato de experiência de uma estudante universitária do curso de enfermagem**. 2020.

FRANCO, Dulce Aparecida Siviero. **Visitando a mulher no cenário pós licença maternidade**. 2001.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GASPARY, Adriana Severino. **"Maternidade, universidade e educação infantil: sutis violências de gênero."** (2019).

IMPERATORI, Thaís Kristosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. Serviço Social & Sociedade**, p. 285-303, 2017. JARDIM, Luiza Brunetti Silva. A desigualdade de gênero nas universidades naturaliza as relações discriminatórias do mercado de trabalho?

KLEIN, Carin. **Biopolíticas de inclusão social e produção de maternidades e paternidades para uma 'infância melhor'**. 2010.

MALUF, Vera Maria Daher; KAHHALE, EDNA MARIA SEVERINO PETERS. **Mulher, trabalho e maternidade: uma visão contemporânea**. Polêm! Ca, v. 9, n. 3, p. 170-180, 2010.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 18, p. 15-34, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa social: teoria, método e criatividade / Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Silvana Corrêa et al. **Maternidade e trabalho: Uma revisão da literatura**. Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology, v. 45, n. 2, p. 271-280, 2011.

SILVA, Maria Clara Ramos da Fonseca; GUEDES, Cristiano. **Redes sociais e ativismo materno: desafios entre estudantes de uma universidade pública**. Revista Katálisis, v. 23, p. 470-479, 2020.

SILVA, Livia Nornyam Medeiros da; SILVEIRA, Ana Paula Knackfuss Freitas; MORAIS, Fátima Raquel Rosado de. **Programa de humanização do parto e nascimento: aspectos institucionais na qualidade da assistência**. Rev. enferm. UFPE on line, p. 3290-3294, 2017.

SILVA, Rafaela Barbosa da. A prática da amamentação em mães universitárias: quais os fatores intervenientes para esse cenário? / Rafaela Barbosa da Silva. – 2018. **Dissertação (Mestrado)** – Universidade Federal de Pernambuco, CCS. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde. Recife, 2018

THIENGO, Daianna Lima et al. **Depressão durante a gestação: um estudo sobre a associação entre fatores de risco e de apoio social entre gestantes**. Cadernos Saúde Coletiva, v. 20, p. 416-426, 2012.

UFPE. CMEI Paulo Rosas. Disponível em:

<https://www.ufpe.br/documents/38962/2378484/Apresenta%C3%A7%C3%A3o+CMEI+Paulo+Rosas.pdf/f21fd766-caf9-41d4-8607-9bdfa0ac2ff4>. Acessado em: 9 de setembro de 2023

URPIA, AMO., and SAMPAIO, SMR. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, SMR., org. Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 145-168. ISBN 978-85-232-1211-7. Available from SciELO Books .

VIANA, Catherine Alessa Maria de Novaes. **Educação e maternidade: minha experiência como estudante-mãe no curso de Pedagogia na Universidade de Brasília**. 2016.

VALA, Jorge. **A Análise de conteúdo**, In Silva, A.S & Pinto, M., Metodologia das Ciências Sociais. Lisboa, Ed. Afrontamento. 1986.

VIEIRA, Ailane Costa et al. **Vivências da maternidade durante a graduação: uma revisão sistemática**. 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Estado e políticas sociais**. Revista Praia Vermelha, v. 18, n. 1, p. 1-16, 2008.

NUNES, Caroline. **A luta de mães-solo para se manter nas universidades brasileiras**. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/nos/a-luta-de-maes-solo-para-se-manter-nas-universidades->

brasileiras,b06f58320525d685edf7e84f4bade180xhv7czdc.html?utm_source=clipboard.28.03.2023.>. Acesso em: 25 set. 2023.

URPIA, AMO, and SAMPAIO, SMR. **Mães e universitárias: transitando para a vida adulta**. In: SAMPAIO, SMR. org. Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 145-168. ISBN 978-85-232-1211-7. Available from SciELO Books .

INGRID RAFAELLE DA ROCHA LUCENA

**A CONCILIAÇÃO ENTRE MATERNIDADE-ESTUDO-TRABALHO: REFLEXÕES
SOBRE OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MÃES DISCENTES NO
CONTEXTO UNIVERSITÁRIO**

Artigo Científico, apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFPE/CAA, como requisito parcial de aprovação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Maria de Barros

Aprovado em: 04/10/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a. Ana Maria de Barros
Núcleo de Formação Docente/CAA-UFPE
(Orientadora)

Prof^a Dr^a. Ana Maria Tavares Duarte
(Examinadora Interna)

Prof^a Ma. Karinny Lima de Oliveira
(Examinadora Externa)